
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000874-29.2011.2.00.0000

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Requerido: Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região (sp)

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
INSTAURADO DE OFÍCIO. EXAME DO ARTIGO 40, § 1º, DO
REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 2ª REGIÃO – FIXAÇÃO DE
PRAZO PARA REPRESENTAÇÃO CONTRA MAGISTRADO.**

1. Se a LOMAN não discorre sobre temas relacionados à Prescrição ou Decadência do direito de a Administração Pública, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, representar contra atos praticados pelos Magistrados, tem-se que, tal qual expressamente consignado no artigo 26 da Resolução n.º 135/2011 do Conselho Nacional de Justiça, a hipótese é de aplicação, por analogia, dos preceitos constantes das Leis n.ºs 8.112/1990 e 9.784/1999.

2. O Conselho Nacional de Justiça não detém competência para proclamar a inconstitucionalidade de norma regimental ou de preceito de lei, em face da sua natureza eminentemente administrativa. Essa situação, contudo, não elide que este Órgão, em observância aos princípios basilares insculpidos no artigo 37 da Constituição da República de 1988, conclua pela necessária alteração de norma regimental de determinado Tribunal do País, notadamente em se tratando de Corte Trabalhista reconhecida nacionalmente por sua eficiência e extraordinário desempenho de seus Magistrados.

3. **Procedimento que se julga procedente para determinar que, em lapso temporal não superior a 60 (sessenta) dias, o TRT da 2ª Região proceda à revogação ou alteração do artigo 40, § 1º, do seu Regimento Interno, em observância aos preceitos legais constantes das Leis n.ºs 8.112/1990 e 9.784/1999, à Resolução n.º 135/2011 deste CNJ e, sobretudo, ao artigo 37 da Constituição da Republica de 1988.**

I – RELATÓRIO

Ao examinar a Reclamação Disciplinar n.º 0005603-35.2010.2.00.0000, apresentada neste Conselho contra a Juíza Mylene Pereira Ramos, da 63ª Vara do Trabalho de São Paulo, a Corregedora

Nacional de Justiça determinou a apuração dos fatos pela Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos termos do artigo 67, § 4º, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

A Corregedoria local encaminhou o resultado obtido na apuração, com cópia da decisão final proferida no sentido do não recebimento da Reclamação, em razão de sua intempestividade, fundamentada em dispositivo do Regimento Interno do TRT da 2ª Região, que estabelece o prazo de 8 (oito) dias para que o interessado oponha representação contra Magistrado.

A Corregedora Nacional de Justiça, considerando que a Corregedoria local não analisou o mérito da Reclamação, por entendê-la intempestiva, concluiu que eventual alteração desse entendimento demandava a análise da legalidade do dispositivo do Regimento Interno do TRT, à luz do ordenamento jurídico vigente, especialmente do artigo 37 da Constituição Federal e dos dispositivos referentes aos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas contra Juízes autores de infrações disciplinares.

Com esse entendimento, e fundamentada no artigo 91 do RI/CNJ, determinou, de ofício, a instauração de Procedimento de Controle Administrativo, tendo como Requerente o Conselho Nacional de Justiça e Requerido Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a fim de que se analise a legalidade do mencionado dispositivo do Regimento Interno desse Tribunal.

Distribuído o processo ao então Conselheiro Ministro Ives Gandra Martins Filho, por mim sucedido.

Instado a prestar as informações que entendesse necessárias, o TRT da 2ª Região assim se manifestou:

a) a Resolução n.º 30 do CNJ não indica prazo para a proposição de Reclamação em face de Juízes;

b) a ausência de limitação temporal para essa providência traria insegurança à atividade jurisdicional, deixando ao arbítrio do jurisdicionado a ação de representação disciplinar em face do Juiz, além de possibilitar à parte contemplada com decisão desfavorável usar da representação como instrumento de retaliação ou emulação do Juiz, o que corresponderia a compressão inadmissível e afrontosa à independência do Magistrado na função judicante;

c) não se conhece questionamento sobre o prazo de que ora se cuida constante das normas regimentais de outros Tribunais;

d) o prazo estabelecido em seu Regimento Interno insere-se no âmbito do comando constitucional que concede autonomia administrativa aos Tribunais, a teor do artigo 99;

e) o Regimento Interno do TRT da 2ª Região foi criado a partir da autorização contida no artigo 96 da Constituição Federal, norma que não se esgota na mera atribuição de poder de decisão quanto ao funcionamento de órgãos internos administrativos;

f) o artigo 40 do seu Regimento Interno respeita as normas do processo e garantias processuais das partes, como indicado no segmento final do artigo 96, I, alínea “a”, da Constituição da República;

g) durante a votação do atual Regimento Interno, deliberou o Pleno do Tribunal que o prazo razoável para apresentação de Reclamações Disciplinares em face de Magistrados seria o mesmo assinalado para a interposição de Recursos Ordinários;

h) apesar da afirmada legalidade do estabelecimento do prazo atual, os TRTs têm alterado seus Regimentos Internos com a finalidade de promover a adequação das normas relacionadas à

apresentação de Reclamações em face de seus Juízes, ante o teor da Resolução n.º 30 do CNJ, providência à qual a 2ª Região se alinha;

i) nesse contexto, a Presidência encaminhou à Comissão de Regimento Interno da Corte sugestão de exame da conveniência de modificar todo o capítulo ligado ao Procedimento Administrativo Disciplinar aplicável aos Magistrados, em conformidade com a Resolução n.º 30 do CNJ.

A autuação do processo, de ofício, como Procedimento de Controle Administrativo foi submetida à deliberação do Plenário do CNJ, nos termos requeridos pelo artigo 93 do RICNJ, em sessão realizada no dia 27 de setembro de 2011.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado, de ofício, por determinação da ilustre Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, para apuração da legalidade do artigo 40, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Estabelece o referido dispositivo, *verbis*:

“Art. 40. A competência para conhecer e instruir a representação contra o Juiz de primeiro grau é do Corregedor Regional; contra o Desembargador, a competência é do Presidente do Tribunal.

§ 1º O prazo para opor a representação é de 8 (oito) dias corridos, contados da ciência do ato, devendo ser apresentada em 2 (duas) vias e dirigida ao Corregedor Regional, acompanhada das provas que o interessado possuir.”

Embora tenha a Presidência do TRT da 2ª Região informado, em março do ano em curso, que encaminhara proposta de alteração do Regimento Interno à Comissão respectiva, consulta ao sítio da referida Corte na internet revela que não houve ainda modificação no texto do dispositivo acima transcrito.

Passo a decidir.

Estabelece o artigo 26 da Resolução n.º 135/2011 deste Conselho Nacional de Justiça, *verbis*:

“Art. 26. Aplicam-se aos procedimentos disciplinares contra magistrados, subsidiariamente, e desde que não conflitem com o Estatuto da Magistratura, as normas e os princípios das Leis n.º 8.112/90 e 9.784/99.”

A Lei Complementar n.º 35/1979, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, é silente no que se refere a prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas a Juízes autores de infrações disciplinares.

O artigo 110 da Lei n.º 8.112/1990 encontra-se assim redigido, *verbis*:

“Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.”

Prevê, ainda, o “caput” do artigo 54 da Lei n.º 9.784/1999, *verbis*:

“Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários **decai** em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.” (negritei)

Se a Lei Orgânica da Magistratura Nacional não discorre sobre temas relacionados à Prescrição ou Decadência do direito de a Administração Pública, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, representar contra atos praticados pelos Magistrados, tem-se que, tal qual expressamente consignado no artigo 26 da Resolução n.º 135/2011 do Conselho Nacional de Justiça, a hipótese é de aplicação, por analogia, dos preceitos constantes das Leis n.ºs 8.112/1990 e 9.784/1999.

O argumento de que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao fixar prazo de 8 (oito) dias para fins de representação contra seus magistrados, estaria a atuar no vazio legislativo, *data venia*, não merece subsistir por atentar diretamente contra os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente o da moralidade administrativa.

Com efeito, se há norma disciplinando matéria semelhante para os servidores públicos civis da União, carece de razoabilidade que algum Tribunal venha a dispor sobre a questão, em norma regimental, sem levar em consideração a observância de preceitos análogos, mormente em face da elevada responsabilidade daqueles que se encontram investidos na magistratura.

É verdade que este Conselho Nacional de Justiça não detém competência para proclamar a inconstitucionalidade de norma regimental ou de preceito de lei, em face da sua natureza eminentemente administrativa. Essa situação, contudo, não elide que este Órgão, em observância aos princípios basilares insculpidos no artigo 37 da Constituição da República de 1988, conclua pela necessária alteração de norma regimental de determinado Tribunal do País, notadamente em se tratando de Corte Trabalhista reconhecida nacionalmente por sua eficiência e extraordinário desempenho de seus Magistrados.

Não há que se falar em qualquer ofensa ao princípio da autonomia administrativa dos Tribunais, haja vista a necessidade de, *in casu*, as normas constitucionais serem interpretadas de forma sistemática, de modo a preservar, simultaneamente, a autonomia das Cortes de Justiça, a competência do CNJ e, principalmente, os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública em sentido genérico.

III – CONCLUSÃO

Com o intuito de manter a credibilidade e o prestígio do Poder Judiciário Nacional e ciente do elevado espírito público de toda a magistratura trabalhista da Segunda Região, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado no presente Procedimento de Controle Administrativo para **DETERMINAR** que, em lapso temporal não superior a 60 (sessenta) dias, o TRT da 2ª Região proceda à revogação ou alteração do artigo 40, § 1º, do seu Regimento Interno, em observância aos preceitos legais constantes das Leis n.ºs 8.112/1990 e 9.784/1999, à Resolução n.º 135/2011 deste CNJ e, sobretudo, ao artigo 37 da Constituição da República de 1988.

Intime-se. Após, arquivem-se os autos.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 21 de Outubro de 2011 às 08:27:06

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
846075687a82b92c7439d7bd4f89e155



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1138639**



11102716301500000000001137931